

SOBREVIVER, PENSAR E EDUCAR EM TEMPOS DIFÍCEIS



Como se não bastasse o fato de que nossos salários estão cada vez mais caracterizados como uma afronta à qualidade de nosso trabalho, os tropeços da administração na democracia interna contribuem para tornar a situação dos docentes na Uerj ainda mais difícil. O número de colegas das várias unidades acadêmicas que estão fazendo concursos para as instituições federais, buscando uma alternativa profissional face à falta de perspectivas em nossa Universidade, comprova o desencanto generalizado e é evidente demais para que alguém finja que não vê.

São muitos os sinais de que as coisas na Uerj caminham para uma elitização em bases falsas. A precariza-

ção extrema das condições de trabalho da maioria dos trabalhadores docentes torna a dignidade profissional uma moeda importante para uma minoria, em um sistema tão perverso quanto inócuo em se tratando de consolidar a Uerj como uma instituição de excelência no tripé ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito da instituição, o que significa, por um lado, a enorme dificuldade para a liberação de carga efetiva para concurso público e, por outro, o enorme peso da carga horária de contratos em nossos cursos de graduação? Significa para a Uerj, está

claro, uma política que compreende a graduação como um espaço a ser atendido precariamente, com vínculos empregatícios (aqueles que permitem estabilizar o trabalho docente) frágeis. A situação talvez se agrave mais, se considerarmos o aumento do tempo de contrato para cinco anos, conforme permitido agora pelo governo do Estado. A intenção de eternizar o que deveria ser um mecanismo provisório e pontual é flagrante. Isso não é propriamente uma novidade em tempos de economia de mercado, de relações predatórias e de entendimento da educação pública como gasto desnecessário, mas que o governo Cabral tenha a desfaçatez de implementar essa cartilha na Universidade com a conivência de uma Reitoria eleita é que verdadeiramente impressiona.

A precarização extrema das condições de trabalho da maioria dos trabalhadores docentes torna a dignidade profissional uma moeda importante para uma minoria

Articula-se com essa direção política a maneira como a SR-2 modificou os critérios de concessão de carga de pesquisa, atribuindo um valor menor à orientação de monografias de

graduação. Os questionamentos estão vindo de todo lado, por conta sobretudo de um privilégio absoluto da produção autoral em detrimento daquela que se dá na construção de nossos alunos como sujeitos pesquisadores. Além disso, os professores que entraram em contato com a Asduerj levantam outro problema: a ausência de discussão transparente dos critérios para a concessão de carga de pesquisa e a alteração das regras com o BPC já declarado.

Parece cada vez mais evidente que o saldo perseguido por essa gestão projeta-se para fora dos muros da Universidade, mas infelizmente não no sentido que caberia a uma instituição do porte e da responsabilidade social da Uerj.

Será preciso mobilização de toda a comunidade universitária para impedir o esvaziamento da Universidade como patrimônio coletivo e democrático, para rechaçar os projetos individuais de poder, e para construir mecanismos que

nos garantam condições mínimas de trabalho, que construam novas práticas institucionais na contramão daquilo que, infelizmente, estamos vendo hoje.



InformeASDUERJ

DE: princípios e cronograma

O Grupo de Trabalho sobre Dedicção Exclusiva, constituído na Asduerj, apresentará, em breve, um conjunto de princípios quanto a este regime de trabalho para ser discutido na categoria. Entre as propostas, a de ser a DE o regime preferencial de trabalho a que todos serão conduzidos e que o professor opte por não participar deste regime, caso seja este seu desejo, e não o inverso. Outra, a do percentual de 60% dos salários como garantia da exclusividade. Para os docentes que ingressarem futuramente, os editais dos concursos estabelecerão o modelo de regime a que o candidato estará sujeito, de acordo com as necessidades dos respectivos departamentos.

Pelo cronograma estabelecido pelo GT, os princípios do regime serão, num primeiro momento, divulgados para a comunidade. A proposta é ampliar o debate e só depois referendar o resultado da discussão em assembleia. Um terceiro passo é apresentar as propostas aprovadas em assembleia ao Conselho Universitário. Está prevista para os próximos dias nova reunião do GTDE. Quando definidos, data e local serão divulgados pela Asduerj por mensagem eletrônica. Fique atento e participe.

Contracheques dos aposentados

A partir de julho, o Rioprevidência não mais enviará os contracheques dos servidores aposentados para as suas casas. Os documentos voltam a ser encaminhados diretamente à Superintendência de Recursos Humanos da Uerj. Com isso, a Asduerj retoma o serviço de envio aos aposentados. Caso professores que não utilizavam o serviço queiram que a entidade remeta, via correio, os contracheques para suas residências, devem entrar em contato com a secretaria da Associação (sala 1026 – Bloco D, Pavilhão João Lyra Filho, campus Maracanã, telefone: 2264-9314) e preencher um documento autorizando a entidade a realizar o serviço.

O BPC e o mercado acadêmico

A Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa divulgou, no dia 10 de junho último, mudanças nos critérios de avaliação do Banco de Produção Científica. As alterações, anunciadas quando o BPC já fora declarado, passaram a vigorar imediatamente. O novo modelo, aplicado para a determinação da carga horária docente para a pesquisa, foi muito criticado. Uma das principais preocupações é a desvalorização da orientação aos trabalhos discentes.

Para as professoras Iza Quelhas e Rosimeri de Oliveira Dias, da Faculdade de Formação de Professores (FFP-SG), os novos critérios de avaliação espelham um “investimento pouco afinado com o tripé fundamental que rege a universidade, a saber: ensino, pesquisa e extensão”. No documento, “BPC: Sentidos da Formação e Produção Acadêmicas”, as docentes afirmam que “há uma aposta evidente num produtivismo acadêmico expresso apenas por produtos, e não a aposta, acompanhada de investimento e legitimidade, na formação de pessoas e sujeitos. Os produtos, afirmam as docentes, “atendem (?) à fome do mercado dito acadêmico, tão insaciável quanto qualquer outro mercado.” Leia a íntegra do texto em www.asduerj.org.br.

A Asduerj quer saber o que os professores pensam sobre as novas regras do BPC. Envie sua opinião para asduerj@asduerj.org.br

Você sim, Você não

A aplicação do Programa de Avaliação Específica para Progressão na Carreira, aprovado pela Resolução 001/2009 do Consuni, não contemplou plenamente a categoria técnico-administrativa. Além dos que estão

Foto: Átilas Campos



em final de carreira, outros funcionários não obtiveram progressão. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj) o reitor Ricardo Vieiralves e o governador Sérgio Cabral são os principais responsáveis pela não integralização do PCC.

As reclamações dos servidores excluídos levaram a comissão formada pelo Sintuperj a buscar informações no SRH. Os trabalhadores exigem a implementação integral da minuta do Plano, como foi aprovado no Conselho Universitário.

De volta às atividades

A comunidade universitária da USP decidiu pôr fim à greve iniciada pelos técnico-administrativos no dia 5 de maio e pelos docentes no dia 5 do mês seguinte. As categorias voltaram às atividades no dia 1º de julho. As principais reivindicações - 16% de aumento, acréscimo de R\$200,00 e readmissão de um ex-diretor do Sintusp - ainda não foram contempladas. Entre as conquistas do movimento, um reajuste de 6,05%, aumento de benefícios como o vale-alimentação e a suspensão do curso a distância da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo). Na Unesp, contudo, o curso foi mantido. (Fonte: Adusp e Sintusp)

Andes critica projeto de reforma universitária

A proposta de reforma universitária que a Câmara dos Deputados quer aprovar este ano a qualquer custo possui forte vertente privatizante e mercantil. Quem afirma é o 1º vice-presidente do ANDES-SN, Antônio Lisboa, que representou a entidade na audiência pública convocada para discutir o tema, na última terça-feira (30/6).

O 1º vice-presidente do ANDES-SN elencou alguns dos problemas apresentados pelos projetos, como a instituição do professor horista. “Esse regime de trabalho não foi bem sucedido em nenhuma universidade do mundo de que tenhamos notícia”, afirmou.

Criticou, ainda, o fato dos projetos possibilitarem a criação de outras formas de instituições de ensino superior, além das formas já conhecidas hoje (universidade, faculdade, centro de ensino etc), sem especificar critérios para tal. (Fonte: Andes-SN)

expediente

DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2007/2009)

Presidente: Inalda Couto (FFP)

I Vice-Presidente: Denise Brasil (CAp)

II Vice-Presidente: Antonio B. Coscarelli (Aposentado)

I Tesoureiro: Guilherme Locks (IEFD)

II Tesoureiro: Arnaldo José Noronha Filho (FCM)

I Secretário: Rodrigo Lychowski (DIR)

II Secretário: Iná Meireles (HUPE)

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Braga Coscarelli, Denise Brasil e Inalda Pimentel

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista: Sérgio Franklin

Estagiário: Átilas Campos

Edição Visual: Leila Braile

TEMPORÁRIO PERMANENTE

Alerj aprova extensão de prazo para continuidade de funcionários contratados

A Assembleia Legislativa aprovou a extensão dos prazos nos contratos temporários para a administração pública, autárquica e fundacional do Estado. Os períodos de contratação foram ampliados de dois para três anos e suas prorrogações de um ano para dois. Contrário à decisão, o presidente da Comissão de Educação da Assembleia, deputado Comte Bittencourt, falou ao **Boletim Asduerj** sobre o projeto de lei que aguarda sanção do governador do Estado, Sérgio Cabral.

Segundo Comte, “dizer que cinco anos é um contrato temporário é, no mínimo, julgar os membros do parlamento e da cidade pouco inteligentes”. Ele acrescentou que os últimos governos vêm priorizando a contratação de temporários e terceirizados. “Hoje mais de 50% do quadro docente da Faetec é composto por temporários”.

O parlamentar rebateu a declaração do secretário de Planejamento, Sergio Ruy, à “Coluna do Servidor” do jornal “O Dia”, em 20/06. O secretário afirmou haver cargos para os quais o Estado não necessita de funcionários permanentes.

Para Comte, a lei deveria conter um anexo especificando o quantitativo e a quais funções se destinam esses contratos temporários, como estabelece a Constituição. “Do jeito que veio, a lei sinaliza que o governo não pretende fazer concurso público. Ela é um cheque em branco para o Executivo contratar quantos tempo-

rários quiser e para o setor que desejar”.

O projeto de lei seguiu para sanção executiva com uma emenda que restringe a contratação temporária aos casos de ausência de concursados, aguardando convocação. Mas para o presidente da Comissão de Educação, a emenda não provoca efeito algum



Foto: Imprensa Alerj

sobre a lei, pois não impede o espírito central que é o contrato temporário por cinco anos.

Uma representação foi feita junto ao Ministério Público para que este entre com ação, arguindo possível inconstitucionalidade da lei, e obrigando o governo a realizar concurso público para todas as áreas.

O parlamentar também atacou a expansão da tercerização no Estado. Ele revelou que um funcionário terceirizado gera mais gastos aos cofres públicos do que um concursado. “A merendeira contratada de forma terceirizada custa três vezes mais que uma concursada, mesmo consideran-

do o custo do Rioprevidência, que o Estado paga. O que está acontecendo é um grande negócio para alguns empresários do ramo da terceirização”.

Prorrogações ilegais e reajustes acima da inflação.

Uma matéria publicada no Jornal O Globo, de 28/06, denunciou possíveis

“dizer que cinco anos é um contrato temporário é, no mínimo, julgar os membros do parlamento e da cidade pouco inteligentes”

Deputado Comte Bittencourt

irregularidades em contratos com o Grupo Facility, do ramo de prestação de serviços terceirizados. Seis empresas deste mesmo grupo recebem R\$1,2 bilhão em 64 contratos, vigentes desde 2003. Desse montante, R\$640 milhões foram adicionados aos valores contratuais de origem.

Dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro do Estado (Siafem), levantados pelos deputados Alessandro Molon (PT) e Comte Bittencourt (PPS), revelaram quatro contratos que excederam o limite máximo de renovação: 60 meses (5 anos). Um deles foi fechado com a Secretaria Estadual de Educação, que argumentou ter le-

vantado, na licitação, preços desvantajosos em relação ao contrato existente. A lei diz que, esgotado o prazo legal, os contratos podem ser prorrogados por até 12 meses, em casos excepcionais.

Sem um motivo excepcional, o setor da administração pública deve iniciar nova licitação em busca de preços vantajosos. Diante do resultado do processo licitatório, poder-se-ia abrir possibilidade de prorrogação contratual, explicou, em entrevista a “O Globo”, o advogado Durval Fagundes, especialista em Direito Administrativo.

De acordo com o Siafem, alguns contratos sofreram reajustes acima dos índices de inflação. É o caso do contrato com a Secretaria de Educação, cujo valor inicial de R\$10,7 milhões, em julho de 2006, terá novo aditivo vigorando em julho de 2009 com valor de R\$19,2 milhões por ano. O aumento é de mais de 80% para uma inflação de 20% no período. Estado e empresa envolvidos não reconhecem os valores contantes no sistema do próprio governo.

O deputado Alessandro Molon requereu uma CPI para investigar o grande número de contratos entre o grupo Facility e o governo do Estado. “Somente este ano, há três vezes mais dinheiro empenhado para esse grupo do que para todos os gastos da área de cultura”, informou o deputado. A CPI foi pedida em março, mas até a última semana de junho não havia entrado na pauta de discussão.

Enquanto isso, na Uerj... Concurso só para temporários

A Superintendência de Recursos Humanos da Uerj (SRH/Uerj) promoveu, no último dia primeiro de junho, uma seleção pública para a contratação de cem servidores técnico-administrativos de nível médio. Além da modalidade inusitada de concurso, chamou atenção o tempo exíguo da realização de todo o processo. O edital foi publicado no dia 27/05, as inscrições ocorreram nos dias 28 e 29/05, a prova foi aplicada no dia 01/06 e o resultado divulgado no dia 02/06. Apesar do conhecido déficit de servidores, a seleção não preencheu todas as vagas disponíveis e, até o momento, muitos dos aprovados não foram convocados. O Boletim Asduerj entrevistou por e-mail o Superintendente de Recursos Humanos da Uerj, Sérgio Marques, que respondeu algumas das perguntas propostas.

Veja um resumo das repostas.

BA - Além da escassez de concursos para professores efetivos, mortes e aposentadorias, estima-se que um novo fator tem tornado dramático o déficit de carga-horária docente na Uerj, a opção de muitos por se transferir para universidades federais ou mesmo particulares devido aos baixos salários pagos pelo governo do Estado. A SRH tem acompanhado este movimento? Ele tem sido perceptível em números?

SM - Houve solicitações de exoneração por parte de alguns professores (quantidade não muito expressiva) mas o motivo da mesma não é informado no requerimento. Portanto não podemos afirmar que os pedidos tenham relação com a remuneração na Uerj.

BA - O último grande concurso público para servidor técnico-administrativo da Uerj foi em 1994. Há na SRH algum levantamento sobre o déficit de servidores técnicos na universidade? Quais os setores mais afetados?

BA - Há informações de que menos da metade das pessoas aptas a fazer a seleção se inscreveram e o número de aprovados foi menor do que o de vagas oferecidas no Edital. Além disto, muitos dos aprovados não foram, nem deverão ser chamados. Por que isto ocorreu?

SM - Noventa candidatos se inscreveram para a seleção. Destes, oitenta e cinco foram aprovados. Os candidatos que não foram ainda convocados estão aguardando definição da direção do Hupe, que deverá ocorrer hoje (As respostas à entrevista foram encaminhadas pelo superintendente no dia 29 de junho). Esta definição tem relação com o orçamento do Hupe. Estes candidatos também poderão ser convocados para substituir os prestadores de serviço que solicitarem desligamento do contrato.

BA - Recentemente, a SRH ordenou uma seleção pública para servidores técnico-administrativos. Por que houve tão pouco tempo entre a divulgação do edital da seleção, a realização das provas e a contratação?

SM - Tivemos um problema de ordem estrutural que causou o atraso na realização da seleção pública, mas esta já ocorreu e várias pessoas já iniciaram as atividades.



Foto: Átilas Nunes

Foto: salas de aula da psiquiatria estão interditadas por falta de condições.

Em ruínas, Serviço de Psiquiatria pode suspender atividades acadêmicas

“ASSASSINATO INSTITUCIONAL”

A Psiquiatria do Hupe (Hospital Universitário Pedro Ernesto) deverá paralisar suas atividades pelo menos uma vez por semana durante o mês de julho. Com a iniciativa, o chefe do setor, professor Paulo Roberto Pavão, pretende chamar atenção das autoridades universitárias e do executivo estadual para a situação de abandono em que se encontram as instalações da clínica psiquiátrica.

Dos doze leitos originais, apenas oito foram parcialmente recuperados por obra ocorrida em 2008. Na simpática vila de operários, construída no início do século passado, na qual funciona a clínica, apenas uma das quadras está em condições de uso. As casas do segundo quarteirão encontram-se com o forro caindo, instalações elétricas danificadas, infiltrações e pisos carcomidos.

Difícil é encontrar espaço apropriado para as aulas. As salas originalmente reservadas ao ensino estão fechadas para evitar que um possível desabamento faça vítimas. As disciplinas são ministradas na sala da administração ou no único auditório do setor, que se encontra com mobiliário quebrado e instalações mal conservadas. Há 30 anos lecionando na cadeira de Psicopatologia do Hupe, Pavão assiste apreensivo a decadência da clínica. “Precisamos de uma reforma total, todos estes problemas acarretam sérios prejuízos para a formação do aluno”, alerta.

O fechamento dos leitos provocou a redução de pacientes atendidos e, conseqüentemente, prejuízo para a realização das disciplinas práticas. “É um drama colocar o paciente diante de quarenta e duas pessoas, sinto-me mal. Por mim, estas aulas não ocorreriam, mas são disciplinas obrigatórias no terceiro e quarto anos do curso de medicina”, constrange-se Pavão.

Não apenas a graduação é afetada, a residência médica corre riscos de extinção na Psiquiatria. Hoje o setor conta apenas com dois residentes, já foram cinco. “Muitos candidatos se inscrevem no concurso, mas desistem ao saber da situação da clínica”, lamenta o psiquiatra. Seu temor é que o programa de residência seja descredenciado pelo MEC.

Para Pavão, a Uerj tem que compreender a importância da Psiquiatria na universidade. Ele cita o Projeto Servidor Uerj (Pesuerj), que atende, atualmente, a 180 funcionários, docentes e técnico-administrativos, estatutários e contratados, com diferen-

tes tipos de sofrimento psíquico. O tratamento é individual e dá garantias de sigilo ao paciente. Apesar disto, o retorno dado pela instituição é insuficiente, acredita o psiquiatra.

Nos dois últimos anos, a reposta tem sido a mesma: as obras estão em licitação. No entanto, Pavão não responsabiliza apenas a atual gestão pelo abandono. “Não é de hoje que a universidade vive uma crise institucional, hegemônica e administrativa”, afirma. Para ele, muitas das dificuldades da Psiquiatria vêm do fato do setor remar contra a maré do modelo de gestão em voga. “Não admitimos financiamento

ção excessiva, controle restrito das técnicas convulsivantes, participação da família e o trabalho em equipe. Uma experiência que culminou na década de 90 com a criação de um dos primeiros hospitais-dia do país, o Centro Psiquiátrico Ricardo Montalban (homenagem a um paciente que assim se alcunhava em referência ao artista mexicano).

O Centro foi criado como um hospital aberto, no qual o paciente participa ativamente do seu tratamento, estabelecendo uma relação direta com os diversos membros da equipe. Além de atividades tradicionais, como teatro e artes plásticas, a equipe criou junto com os pacientes uma oficina itinerante, que traçava uma geografia afetiva da cidade. A cada semana um paciente conduzia o grupo ao seu bairro e o apresentava à equipe.

O trabalho, premiado internacionalmente, sofreu do mesmo problema que ameaça a continuidade das atividades acadêmicas na vila psiquiátrica: o sucateamento do espaço físico. As atividades realizavam-se nas salas que se

encontram interditadas por razões de segurança. Como solução imediata, o chefe do serviço de psiquiatria, professor Paulo Roberto Pavão, solicitou a transferência do HD para a Policlínica Piquet Carneiro (PPC), situada no antigo PAM da Marechal Rondon.

Porém, no final do mês de maio, o chefe da psiquiatria foi surpreendido com um convite. Tratava-se da inauguração do Centro de Atenção Psicossocial Universitário (Caps). Alojado em modernas instalações criadas especialmente para o serviço no PPC, o Caps tem objetivos semelhantes ao Ricardo Montalban; um tratamento que ressocialize o paciente e evite a internação prolongada. Apesar de o texto de divulgação do Caps, na página da Uerj, referir-se ao Centro como uma continuidade do hospital-dia, Pavão discorda. Para ele, o Ricardo Montalban tem características e uma história própria e a sua intenção é a de que o serviço retorne à clínica psiquiátrica após a reforma.

“Meu desejo é ampliar toda esta área, transformar a Psiquiatria num instituto dentro deste espaço”, anuncia. Ele elogia a qualidade da equipe que está à frente do Centro e a importância da criação deste espaço. Porém, não compreende que isto seja feito em detrimento da conservação de algo que já existe.



Foto: Átilas Nunes

“todos estes problemas acarretam sérios prejuízos para a formação do aluno”

Chefe da Psiquiatria, Paulo Roberto Pavão, ameaça paralisar aulas.

da indústria farmacêutica nem para o cafezinho e não cobramos pelo nosso curso de especialização, como ocorre em grande parte das unidades hoje”, exemplifica.

Porém, a coerência com a natureza pública do serviço está custando caro ao setor. “Caso este atual estado de coisas permaneça, teremos que suspender as atividades didáticas no próximo semestre. Estamos mobilizando alunos, pacientes e funcionários. Precisamos parar este processo de assassinato institucional. A questão da verba pesa, porém, a questão primordial, como dizia um paciente da Psiquiatria, não é falta de verba, mas de verbo. Falta vontade política”, analisa.

Hospital-dia pioneiro, Montalban deve voltar ao Hupe

Quando Franco Basaglia (psiquiatra, que lançou as bases para uma reforma da assistência na área de saúde mental) visitou o Brasil há trinta anos, afirmou publicamente que se fazia na clínica psiquiátrica do Hupe o que se tentava realizar na Itália.

Descontando-se a generosidade do ilustre visitante, o fato é que já na década de setenta a psiquiatria do Hupe aplicava as diretrizes do movimento antimanicomial, germe da atual reforma psiquiátrica: internações breves, serviço aberto, fim da medica-